planejamento de longo prazo e de desenvolvimento regional.

Uma estruturação de custos e preços para energéticos deve contemplar desde os custos diretos de produção até os custos socialmente indiretos, sendo estes últimos de percepção obrigatória por parte do governo, que é o grande indutor das políticas sociais e de renda.

A fase atual do Proálcool se representa pela necessidade de uma avaliação reflexiva do uso do álcool combustível, tanto no seu contexto de dimensionamento dos mercados para o tipo anidro e para o hidratado quanto no que toca a formas transparentes de subsídios ou políticas de preços a serem aplicadas.

É importante, pois, a inserção dessa discussão em um processo que abranja o estabelecimento de uma política energética de prazo mais longo, sem perder de vista as diferenças sócio-econômicas das regiões produtoras e as vocações produtivas naturais.

Teotônio Vilela Filho é senador e primeiro vice-presidente do Senado Federal.

NA FRONTEIRA DO FUTURO

WERTHER ANNICCHINO

OPINIÃO

A sociedade brasileira mudou. O modelo intervencionista está esgotado, e acreditar na possibilidade de manter o *status quo* é um duplo erro: o *status* atual não garante nossa sobrevivência; além disso, esgotaram-se os espaços para mecanismos de financiamento setorial que não sejam explícitos e acordados com a sociedade brasileira.

Portanto, a Portaria nº 64 representa a fronteira entre o que existe hoje e o que poderá vir a existir. O futuro depende exclusivamente da nossa competência em negociar com o governo e a sociedade. Se adotarmos uma postura de mera resistência às intenções liberalizantes do governo, estaremos passando aos nossos inimigos o recibo de que efetivamente não sabemos sobreviver com as próprias pernas e precisamos das muletas federais.

Nossa postura deve ser propositiva, colocando por um lado os diferenciais vantajosos dos nossos produtos do ponto de vista social e ambiental e por outro nossos custos efetivos de produção e necessidades de remuneração. A partir daí poderemos balizar o futuro da nossa produção, promovendo o equilíbrio dos nossos produtos e estabelecendo os mecanismos que garantirão a competitividade do energético de origem renovável, não-poluente, com o fóssil, finito e altamente poluidor. A saída está claramente representada pela mudança na política fiscal para o combustível renovável, ao mesmo tempo trazendo transparência para o consumidor.

É preciso que o governo também abandone todo e qualquer resquício intervencionista. Em recente artigo no jornal *O Globo*, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, disse que as medidas adotadas em relação ao ICMS das exportações removeram "distorções e ineficiências que puniam os setores produtivos e em particular aqueles ligados à agricultura, tornando-os mais competitivos para enfrentar o duplo desafio que consiste em concorrer com produtos importados e ganhar novos mercados no exterior, contribuindo para melhorar o perfil das contas externas do país, o que é uma das condições para consolidação do processo de estabilização e de retomada do crescimento econômico em bases sustentadas". Uma colocação perfeita que, no caso do nosso setor, confronta com uma realidade onde as exportações estão vinculadas a um regime de cotas anacrônico e sujeito ao vírus da corrupção. Esse sistema arcaico tem sido responsável por grandes perdas de receita nas exportações, tanto para o país como para as empresas, pois, ao cercear a livre concorrência, impede que o Brasil tire proveito da sua alta capacidade de competição no mercado internacional. Se o governo quer efetivamente que o mercado, de forma saudável, seja o regente de uma nova ordem setorial, ele tem que ser exemplar e deixar de interferir também no mercado de exportação de açúcar.

Werther Annicchino é presidente do Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado de São Paulo (Siaesp).